

Decreto nº /99 de

Uma considerável parte das águas marítimas sobre as quais a República de Moçambique exerce os seus poderes de jurisdição, nos termos do direito interno e internacional, é sulcada por navios de diferentes tipos, incluindo navios tanques, os quais realizam descargas operacionais de hidrocarbonetos e de outras substâncias nocivas para o ambiente ao meio ambiente marinho e costeiro, carecendo, por isso, tal processo de regulamentação.

Esta prática acarreta sérios riscos para a sanidade do meio ambiente marinho e costeiro do país daí que urge a adopção de um instrumento legal pelo qual se possa prevenir, controlar e combater a poluição marinha praticada pelos navios dentro das águas jurisdicionais e ao largo da nossa costa.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 9, da Lei nº 20/97, de 01 de Outubro, o Conselho de Ministros determina:

Artigo 1

É aprovado o Regulamento para a Prevenção e Controlo da Poluição Marinha e Costeira em anexo, que para todos os efeitos é considerado parte integrante do presente decreto.

Artigo 2

Os Ministros para a Coordenação da Acção Ambiental, dos Transportes e Comunicações e do Plano e Finanças, poderão aprovar por Diploma Ministerial as normas para o estabelecimento de instalações para hidrocarbonetos e outras substâncias cuja descarga é proibida nos termos do regulamento ora aprovado, bem como fixar as taxas a pagar pela utilização de tais instalações.

Aprovado pelo Conselho de Ministros em Maputo, aos de Junho de 1999.

Publique-se

O PRIMEIRO MINISTRO

Pascoal Manuel Mocumbi

REGULAMENTO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLO DA POLUIÇÃO MARINHA E COSTEIRA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1 (Definições)

Para efeitos deste regulamento:

- a) “**Águas interiores**” significa águas situadas no interior da linha de base incluindo as dos estuários e dos portos;
- b) “**Águas jurisdicionais**” significa as águas dos lagos e dos rios e as águas interiores, bem como as do mar territorial, da zona contígua e da zona económica exclusiva, sobre as quais a República de Moçambique exerce poderes de jurisdição nos termos e dentro dos limites da lei interna e das normas do direito internacionalmente reconhecido;
- c) “**Autoridade Marítima**” significa um órgão, oficial ou agente público com competência para superintender, supervisionar e controlar qualquer actividade marítima, de ordem pública e de integridade territorial, de acordo com a legislação aplicável;
- d) “**Autoridade Ambiental**” significa órgão central ou local do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental.
- e) “**Comandante**” significa qualquer pessoa (que não seja o piloto) responsável pelo governo e ou operação do navio ou instalação ao largo da costa;
- f) “**Descarga**” significa qualquer libertação, lançamento ou esgotamento de substâncias ou matérias objecto do presente Regulamento, a partir de um navio, ou instalação ao largo da costa, que compreenda, entre outros, qualquer emissão, derramamento, vazamento por meio de bomba, balde ou qualquer outro meio;
- g) “**Despejos sanitários**” compreendem matéria fecal e águas sanitárias descarregados de navios ou instalações;
- h) “**Evento**” significa qualquer incidente ocorrência ou série de ocorrências que tenham a mesma origem, de que resulte descarga

de hidrocarbonetos de qualquer navio ou instalação ou que crie situação semelhante a de uma descarga;

- i) “**Fuel Oil**” significa os destilados pesados ou os resíduos de petróleo bruto ou misturas destes produtos destinados a serem utilizados como combustíveis para a produção de calor ou energia;
- j) “**Governo**” significa Ministros dos Transportes e Comunicações e para a Coordenação da Acção Ambiental;
- k) “**Hidrocarboneto**”, significa o fuel oil e o petróleo bruto tal como definido nas alíneas h) e r) respectivamente, incluindo óleos de lubrificação, resíduos de óleo e produtos refinados que não seja um produto ou material petroquímico.
- l) “**Instalação**” significa plataforma fixa, flutuante ou ancorada, ao largo da costa moçambicana, e dentro da zona proibida usada para prospecção, exploração, produção ou transferência de hidrocarbonetos de um jazigo no leito do mar ou de navio para um ponto ou depósito em terra ou deste para um navio;
- m) “**Linha de base**” significa a linha que se obtém usando os pontos da baixa-mar ao longo da costa e a partir da qual se mede a largura do Mar territorial e cujo traçado obedece aos critérios estabelecidos nas normas do direito internacional;
- n) “**Lixo**” significa despejos sanitários e toda a espécie de desperdício de victuália doméstica e operacional, excluindo peixe fresco ou partes do mesmo, gerado durante a operação normal do navio e susceptível de ser lançado contínua ou periodicamente ao mar, lago ou rios navegáveis;
- o) “**Mar territorial**” significa a faixa do mar adjacente à costa, cuja largura se estende até 12 milhas marítimas medidas a partir da linha de base, conforme estabelecido no direito interno do país;
- p) “**Milha**” significa milha marítima internacional ou seja 1852 metros;
- q) “**Navio**” significa qualquer tipo de embarcação de 150 ou mais toneladas de arqueação bruta de que possa ser, ou de que sejam descarregados hidrocarbonetos, quer esteja navegando ou flutuando encalhado, em perigo, afundado, danificado ou querenado;
- r) “**Navio - tanque**” significa navio de qualquer tipo destinado a transportar hidrocarbonetos como carga;

dos mesmos pelas descargas de navios ou por instalação, ao largo da costa moçambicana.

Artigo 3 (Dever de cuidado)

1. Todas as pessoas têm o dever de observar os cuidados necessários e de empreender as diligências adequadas, conforme o que estiver ao seu alcance, com vista a prevenir ou impedir a ocorrência de poluição das águas ou da costa por navios ou instalação, bem como para reduzir os efeitos da poluição.
2. Nos casos em que haja perigo de poluição em violação do presente Regulamento e de outra regulamentação pertinente bem como das medidas tomadas ao abrigo do presente regulamento, o proprietário e/ou o comandante do navio ou instalação tomará todas as medidas necessárias para evitar que ela ocorra ou para evitar que ela aumente.
3. Quando a poluição ocorra, o proprietário ou comandante têm a obrigação de tomar as medidas necessárias para a controlar, remediar ou reparar e compensar os lesados pelos danos causados por aquela.

Artigo 4 (Âmbito de aplicação)

O presente Regulamento aplica-se a todos os navios nacionais e estrangeiros quando estejam a navegar nas águas jurisdicionais da República de Moçambique, bem como às instalações instaladas ao largo, da costa moçambicana no que se refere a qualquer descarga ou lançamento ocorrido nos termos do presente regulamento.

Artigo 5 (Excepções)

1. O presente Regulamento não se aplica aos navios de guerra e outros navios enquanto usados como navios auxiliares pela marinha de guerra.
2. Os navios pertencentes ou operados por um Estado não empregados em comércio, deverão tanto quanto possível e no que se mostre razoável, cumprir com as disposições do presente Regulamento, quando tal não embarace ou não impeça a operação ou a habilidade de operações do navio.

CAPÍTULO II

CONTROLO DA POLUIÇÃO POR HIDROCARBONETOS

Artigo 6 (Descargas nas zonas proibidas)

1. É proibida a descarga nas zonas proibidas, salvo as excepções estabelecidas no presente Regulamento, de hidrocarbonetos e de outras substâncias nocivas para o ambiente ao meio ambiente.
2. Nos casos em que resulte, mais de uma descarga de hidrocarbonetos no mesmo evento, ou da mesma série de eventos com a mesma origem ou causa, para os efeitos do presente regulamento, serão as descargas tomadas como única descarga.
3. Exceptuam-se do disposto no nº 1 deste artigo, as descargas ou lançamentos em qualquer das seguintes circunstâncias:
 - a) Quando feitos por um navio para garantir a sua própria segurança ou de outro navio, ou ainda para salvar vidas humanas;
 - b) Quando feito por uma instalação para garantir a sua própria segurança ou do pessoal nela empregado;
 - c) Quando resultem de casos de força maior, devidamente comprovada, desde que razoavelmente tenham sido empreendidas, depois da ocorrência, todas as providências julgadas necessárias e convenientes para impedir ou reduzir a sua continuação, bem como as suas consequências;
 - d) Tratando-se de fuga, escape ou derramamento accidental de hidrocarbonetos ou outras substâncias nocivas para o ambiente ao meio ambiente em consequência de dano ou sinistro sofrido pelo navio ou instalação, desde que imediatamente ou logo que se mostrou praticável a seguir à ocorrência, tenham sido razoavelmente empreendidas diligências para impedir ou, não sendo isto possível, para suster ou reduzir tal fuga ou escape;
 - e) Tratando-se de descargas operacionais dentro dos limites estabelecidos nos nº 1 e nº 2 do artigo 11.

Artigo 7 (Ónus de prova de excepção)

O ónus de prova de qualquer das excepções estabelecidas no artigo 6, cabe ao proprietário ou comandante do navio ou da instalação em causa.

Artigo 8 (Comunicação de descargas)

1. Quando ocorra alguma das circunstâncias enumeradas no nº 2 do artigo 6 do presente Regulamento, o comandante do navio ou da instalação ou ainda qualquer membro da tripulação desse navio ou empregado da

instalação designado pelo comandante, comunicará imediatamente a ocorrência à autoridade marítima e ambiental do porto mais próximo, pelo meio de comunicação mais rápido disponível, assegurando-se de que tal comunicação seja recebida pelo Administrador Marítimo ou Capitão do Porto ou oficial de segurança marítima que esteja de serviço.

2. Quando o navio ou instalação dentro da zona proibida tenha sofrido ou sofra um rombo no seu casco ou dano no seu equipamento ou maquinaria que possa causar ou criar perigo de poluição, o comandante desse navio ou instalação ou ainda, qualquer membro da sua tripulação ou empregado da instalação designado pelo comandante comunicará o facto ou a ocorrência da mesma forma e pelo meio descrito no nº 1 do presente artigo.
3. Em qualquer dos casos de que trata o presente artigo, na comunicação o comandante deverá dar as seguintes referências:
 - a) A localização ou posição do navio ou da instalação;
 - b) A natureza do dano ou do sinistro;
 - c) O local onde o dano ou sinistro se deu ou se constatou;
 - d) O nome do navio ou instalação, seu porto de registo e nº oficial;
 - e) A posição da instalação, do navio e sua rota, bem como o seu destino;
 - f) A quantidade e o tipo de hidrocarbonetos derramados ou substâncias lançadas ao mar;
 - g) A mercadoria transportada pelo navio;
 - h) Outras particularidades ou informações que possam interessar à autoridade marítima e ambiental para o caso.

Artigo 9

(Presunção da probabilidade de descarga)

Para efeitos do disposto no nº 2 do artigo 10, presumir-se-á que qualquer dano que ocorra num navio, incluindo navio - tanque, ou numa instalação, originou descarga de hidrocarbonetos, se a descarga for de tal natureza, que afecte prejudicialmente em qualquer grau a navegabilidade ou a eficiência do trabalho na instalação.

Artigo 10

(Responsabilização do comandante na falta de comunicação)

1. Se o comandante do navio ou da instalação não cumprir com o disposto nos nºs 1 e 2 do artigo 8, será responsabilizado nos termos do presente regulamento sem prejuízo de outra legislação aplicável.
2. Pelas emissões imputáveis ao comandante de um navio ou instalação responde solidariamente o respectivo proprietário, se o comandante não for o proprietário.

de lastro plástico, incluindo cordas sintéticas e redes de pesca e de desperdícios plásticos em geral.

Artigo 15
(Proibição de lançamento de objectos flutuantes
e outras substâncias nocivas para o ambiente)

É vedado o lançamento nas zonas proibidas, até ao limite da zona contígua, de quaisquer objectos ou materiais, ainda que sob forma de embalagem, que possam flutuar, e de outras substâncias nocivas para o ambiente para o ambiente, não incluídas no artigo 14.

Artigo 16
(Restos de comida e outro tipo de lixo)

1. É vedado o lançamento nos lagos, rios e no mar até quatro milhas da linha de base, de restos de comida e de todo o tipo de lixo não especificado nos artigos 13 a 15, incluindo produtos de papel ou de tecido, vidro, metal, garrafas e refugo similar.
2. Fora das áreas especificadas no nº 1, os restos de comida e outro tipo de lixo devem ser triturados ou moídos de acordo com o estabelecido no artigo 21.

Artigo 17
(Descarga de resíduos contendo substâncias nocivas para o ambiente
para o ambiente)

1. É vedada a descarga nos lagos, rios nas águas interiores e no mar territorial, de resíduos contendo substâncias nocivas para o ambiente para o ambiente.
2. Fora das áreas especificadas no nº 1, a descarga de substâncias nocivas para o ambiente para o ambiente não abrangidas pelos artigos 13 a 16, só é permitida em águas cuja profundidade não seja inferior a 25 metros.

Artigo 18
(Possibilidade de permissão de lançamento de lixos plásticos)

O lançamento no mar dos lixos especificados no artigo 14 poderá ser permitido quando tenha sido triturado ou moído, de acordo com o estabelecido no artigo 21, mas nunca dentro do mar territorial.

Artigo 19
(Regime aplicável no caso de lixo misturado com hidrocarbonetos ou
outras substâncias nocivas para o ambiente)

Artigo 24
(Comunicação de descargas acidentais)

1. Quando ocorra alguma descarga acidental de lixo despejo ou doutras substâncias nocivas para o ambiente de que trata o presente capítulo, ou havendo ameaça ou probabilidade de tal descarga nas zonas proibidas, o comandante do navio ou instalação donde se faça a descarga ou em que se verifique ameaça de descarga deve comunicar a ocorrência à autoridade marítima pelo meio mais rápido disponível.
2. As disposições dos artigos 7 e 12 também se aplicam às descargas de lixo e outras substâncias de que trata o presente capítulo, com as necessárias adaptações.

CAPÍTULO III
PODERES DA AUTORIDADE MARÍTIMA E DO GOVERNO

Artigo 25
(Medidas a tomar pela autoridade marítima)

1. Quando algum hidrocarboneto ou substância nociva para o ambiente estiver a ser descarregado ou na iminência de descarga ou se a autoridade marítima detectar sinais de descarga ou iminência de descarga a partir de um navio, a autoridade marítima deverá, com vista a impedir ou reter a poluição ou evitar a ocorrência ou continuação da descarga de hidrocarboneto, exigir que o comandante e/ou o proprietário desse navio:
 - a) Faça o transbordo para outro navio disponível ou descarregamento para uma parte específica do mesmo navio ou para um depósito no porto, dentro de determinado período;
 - b) Faça deslocar o navio sob o seu governo para um lugar especificado;
 - c) Não realize qualquer deslocação do navio de determinado lugar, até ordem em contrário a ser dada em função das condições particulares do navio e do lugar onde este se encontre;
 - d) Não faça qualquer descarregamento ou transbordo do hidrocarboneto ou parte dele até ordem em contrário da autoridade marítima;
 - e) Realize operações para o afundamento ou destruição do navio ou da sua carga ou parte desta, conforme for decidido pelo Governo;
 - f) Tome uma determinada rota, nos casos em que o navio esteja a navegar no mar territorial ou na zona contígua;
 - g) Procure obter serviços de uma ou mais embarcações adequadas para apoiar a autoridade marítima nas diligências que se mostrem necessárias;

Artigo 28
(Medidas estritamente necessárias)

As medidas a tomar pela autoridade marítima ou pelo Governo devem ser as estritamente necessárias para evitar danos de poluição objecto de prevenção e controlo no presente regulamento.

Artigo 29
(Reclamações e recurso)

1. O comandante ou proprietário do navio ou instalação de quem se exija o cumprimento de determinadas instruções ou medidas oriundas da autoridade marítima, poderá, quando as ache legalmente injustas ou irrazoáveis, apresentar reclamação à mesma autoridade ou delas recorrer para o Governo.
2. Das reclamações feitas ou recursos interpostos ao Governo deverá ser emitido competente despacho dentro das quarenta e oito horas subsequentes à apresentação da reclamação ou interposição do recurso.
3. Na falta de despacho presumir-se-á que a decisão da autoridade ou do Governo é favorável ao comandante e/ou ao proprietário.

Artigo 30
(Poderes do Governo)

1. O Governo poderá determinar medidas mais exigentes se entender que aquelas tomadas pela autoridade marítima não são suficientes para garantir a protecção do meio ambiente.
2. Poderá também suspender a execução de qualquer das medidas determinadas pela autoridade marítima, se entender que a exigência imposta não é razoável ou que é impraticável.
3. Das decisões do Governo não cabe recurso administrativo.

Artigo 31
(Direito de reembolso)

1. Se o comandante ou proprietário de um navio ou instalação tenha suportado despesas que se venham a concluir, mediante peritagem, que eram desnecessárias ou supérfluas, em virtude do cumprimento das exigências ou determinações feitas pela autoridade marítima ou pelo Governo, terá direito a reembolso da quantia despendida desnecessariamente.
2. O reembolso a que se refere o artigo anterior só terá lugar nos casos em que o comandante ou proprietário do navio ou da instalação ao largo tenha apresentado reclamação ou interposto recurso, sendo tal

Artigo 36
(Molduras das sanções)

1. A violação das disposições relativas à prevenção e controlo da poluição por hidrocarbonetos será sancionada com:
 - a) Multa de 50.000.000,00 MT a 500.000.000,00 MT nas descargas feitas com dolo;
 - b) Multa de 25.000.000,00 MT a 250.000.000,00 MT nas descargas feitas por culpa ou negligência;
 - c) Multa de 10.000.000,00 MT a 50.000.000,00 MT nas descargas acidentais, probabilidade ou ameaça de eventos não comunicados ou não devidamente comunicados.
2. A violação das disposições relativas à prevenção do lançamento de lixos tóxicos será punida com multa de 1.000.000.000,00 MT a 10.000.000.000,00 MT se pena mais grave não couber no âmbito da legislação penal especial.
3. A violação das disposições relativas à prevenção e controlo da poluição por descarga ou lançamento de lixo será sancionada com:
 - a) Multa de 20.000.000,00MT a 75.000.000,00MT no caso de descarga feita com dolo;
 - b) Multa de 10.000.000,00MT a 45.000.000,00MT no caso de descarga ou lançamento feito por culpa ou negligência;
 - c) Multa de 5.000.000,00MT a 15.000.000,00MT nos casos em que a infracção tenha consistido na omissão do dever de comunicação.
4. As multas previstas no presente artigo não são passíveis de conversão em prisão.

Artigo 37
(Compensação de prejuízos)

1. Sem prejuízo das disposições sancionatórias de que dispõem os artigos 35 e 36 do presente regulamento, o proprietário do navio ou da instalação de que resultou a poluição será responsável:
 - a) Pela compensação dos prejuízos causados ao meio ambiente marinho, aos lagos e rios, incluindo os respectivos leitos, margens e áreas ribeirinhas;
 - b) Pelos custos e todas as despesas efectuadas para remoção, retenção ou redução da poluição.
 - c) Pela compensação dos danos resultantes da poluição, sofridos por terceiros.
2. Só não será devida pelo proprietário qualquer compensação nos casos em que a poluição:

Artigo 42
(Responsabilidade disciplinar)

Ficam ressalvadas as normas em vigor sobre a responsabilidade disciplinar emergente das infracções ao presente regulamento.

Artigo 43
(Destino dos valores cobrados ao abrigo deste regulamento)

Os valores das multas cobrados ao abrigo deste regulamento terão o seguinte destino:

- a) 60% para o Orçamento Geral do Estado;
- b) 20% para o Fundo do ambiente;
- c) 20% para o reforço da capacidade dos serviços de fiscalização.

Artigo 44
(Resolução de dúvidas)

As dúvidas que surgirem na aplicação do presente regulamento serão resolvidas por diploma ministerial conjunto ou despacho conjunto dos Ministros dos Transportes e Comunicações e para a Coordenação da Acção Ambiental.

Artigo 45
(Entrada em Vigor)

O presente decreto entra em vigor 60 dias após a sua publicação.